



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante  
cerimônia de sanção da lei que estabelece diretrizes nacionais para o  
saneamento básico**

**Palácio do Planalto, 05 de janeiro de 2007**

Companheiro Aldo Rebelo, presidente da Câmara dos Deputados,  
Ministra Dilma Rousseff,  
Ministro Márcio Fortes,  
Ministro Paulo Sérgio, dos Transportes,  
Ministra Marina,  
Ministro Silas,  
Ministro Tarso Genro,  
Senador Romero Jucá,  
Deputada Maria do Carmo,  
Deputados Arlindo Chinaglia, Feu Rosa, João Tota e Julio Lopes, que foi  
o relator dessa Lei,

Meu caro Demian Fiocca, presidente do BNDES,  
Maria Fernanda, presidente da Caixa Econômica federal,  
Companheiro Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras, que está aqui  
pronto para outra reunião,

Deputados,  
Senador César Borges, que foi o relator, não está presente no Senado,  
Meu caro Abelardo, que está trocando as margens do Lago Paranoá  
pelas margens da praia de Itapuã ou de Itaparica,

Companheiros jornalistas,  
Quero apenas lembrar a vocês o seguinte: há um ditado que diz que  
“quando a cabeça não pensa, o corpo padece”. Uma mesma lei, mais ou  
menos similar a essa, foi vetada na sua íntegra no dia 5 de janeiro de 1995. O



**Presidência da República  
Secretaria de Imprensa e Porta-Voz  
Discurso do Presidente da República**

---

PLC 199, que instituía o marco regulatório do saneamento básico, aprovado pela Câmara, foi vetado.

Estou lembrando isso para dizer que são praticamente 11 anos de retrocesso numa das políticas mais importantes para que o Brasil enfrente a melhoria da qualidade de vida do seu povo e para que o Brasil assuma definitivamente o compromisso de cumprir as Metas do Milênio, proposta essa também assumida pelo governo brasileiro, em Roma.

Eu não poderia deixar de dizer umas palavras aqui, para agradecer ao Congresso Nacional. Vira e mexe aparece que o Congresso Nacional e o Poder Executivo estão sempre em guerra, aparece que a oposição não quer deixar fazer as coisas quando, na verdade, a briga no Congresso Nacional faz parte do exercício da existência democrática do País e faz parte da existência das diferenças ideológicas entre nós.

As experiências que eu tenho nesses quatro anos que terminaram e nesses seis dias que começaram é que pode ter um dia a mais de briga, pode ter um discurso a mais, mas no fundo, no fundo, o Congresso termina aprovando aquilo que significa conquista para o nosso País. Essa Lei é uma conquista para o Brasil e é uma conquista que a gente deve aos deputados e senadores, mas a gente deve aos empresários, a gente deve aos trabalhadores, a gente deve às ONGs, nós devemos isso aos movimentos social e popular que muito se engajaram, eu sei quantas horas o Julio Lopes ganhou ou empatou aqui no Palácio de Governo, na Casa Civil, discutindo os acordos para chegarmos a essa regulamentação e a essa definição.

O Brasil começa o ano de 2007 dizendo ao mundo que finalmente nós resolvemos tratar a questão do saneamento básico como uma política pública do Estado brasileiro. Não tem como a União, os estados e as cidades acharem que o problema e a solução para o saneamento básico se devem apenas a privatizar o setor. Não. Nós não temos como abrir mão de cuidar de uma coisa que é essencial para milhões e milhões de seres humanos que habitam neste



País e que prescindem de coisas elementares como água potável, prescindem de uma coisa elementar como coleta de esgoto e prescindem de tratamento desse esgoto. Nós estamos dizendo ao mundo: “olha, o Brasil está entrando na esfera do Primeiro Mundo de cabeça erguida, com uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, com a participação da sociedade, para definir, de uma vez por todas que, a depender do governo federal e, eu tenho certeza, dos governos estaduais e municipais, não haverá momento na história futura deste País em que a gente deixe de priorizar recursos para o saneamento básico.

O que acontecia, até ontem? E nós tentamos remediar isso nos últimos quatro anos. É que, numa determinada época, colocava-se 4, 5 ou 6 bilhões para o saneamento básico, mas aí tinha uma coisa chamada “fila burra”, em que o dinheiro estava disponibilizado e ninguém tinha acesso a esse dinheiro porque algumas entidades, algumas empresas, alguns estados ou algumas cidades que precisavam do dinheiro entravam na fila e, como não tinham projetos e estavam inadimplentes, não podiam pegar; o segundo ficava esperando o primeiro; havia interesse, na época, do Banco Central não permitir a liberação do dinheiro. Então, o dinheiro estava disponibilizado e, no final do ano, do total disponibilizado, uma migalha... Eu me lembro, no último ano, em 2002, apenas 262 milhões de reais foram liberados, de não sei quantos bilhões disponibilizados.

Depois, nós temos um problema, que é a falta de capacidade de investimento, de endividamento de estados e municípios, de empresas. Depois, tem uma coisa nova que nós criamos aqui, que é a possibilidade do consórcio entre cidades, que pode permitir a gente evoluir para que um conjunto de cidades possam fazer uma dívida que uma, sozinha, não poderia fazer. E a coisa mais sagrada nisso tudo é a gente assumir o compromisso de criar uma carteira.

Eu digo sempre, Júlio, que investimento em saneamento básico é que nem um escritório de advogado. O cidadão se forma, ele fica um ano para



pegar o primeiro cliente, aí pega o segundo, o terceiro. Ou seja, depois de seis ou sete anos, começa a sair a primeira sentença, é que ele começa a ganhar o primeiro dinheiro dele. E aí, se ele for um bom advogado, não pára mais de ganhar dinheiro, porque vai ter mais clientes para atender. Saneamento básico é a mesma coisa. Todo ano o governo tem que disponibilizar dinheiro, seja dinheiro do Orçamento da União, seja dinheiro de financiamento, para que a gente tenha uma carteira que seja sustentável, uma carteira que seja definitiva, para que todo mundo saiba que tem dinheiro para saneamento porque tem política de saneamento básico neste País, que não é uma coisa secundária, que não é uma coisa eleitoreira. E, veja, esse projeto levou quatro anos para ser construído. Isso significa que a gente não pode se queixar da forma democrática com que esse projeto foi discutido e das pessoas que nele estiveram envolvidos.

Eu quero terminar dizendo para vocês que eu espero que, daqui para a frente, a gente não tenha mais os problemas que nós já tivemos para fazer investimentos em saneamento básico. É uma verdadeira tortura liberar o dinheiro para uma prefeitura, Jucá. Nós temos estados importantes, eu poderia dar dois exemplos, o Rio de Janeiro e o Mato Grosso do Sul, que quando nós liberamos o dinheiro, no ano passado, não tinham condições de pedir dinheiro, e são dois estados que precisam de muito investimento em saneamento básico.

Nós, enquanto governo, estamos comprometidos em fazer com que essa Lei seja daquelas leis que pegam, porque no Brasil também se criou a idéia de que tem lei que pega e lei que não pega, e a lei é para pegar, e nós vamos tratar com muito carinho. Eu quero dizer aqui para vocês, de público, um compromisso que eu já fiz com que o governo entendesse, nós vamos tratar com muito carinho essa questão do saneamento básico nas grandes regiões metropolitanas deste País, que é onde estão os graves problemas. Ou seja, a deficiência das grandes metrópoles do nosso País é a



irresponsabilidade de tantos e tantos anos de descaso. As pessoas iam ocupando áreas desordenadas, os prefeitos iam deixando, os governadores iam deixando, os presidentes iam deixando, todo mundo ia deixando. Daqui a pouco tinha uma área com 100, 150 mil pessoas, dando às pessoas uma condição de moradia animalésca, ou seja, uma coisa que qualquer ser humano civilizado não consegue compreender.

Nós só vamos poder reparar isso se a gente trabalhar, eu diria, muito mais do que é previsível pela política brasileira. Nós temos que trabalhar o dobro do que trabalhamos no governo passado, temos que trabalhar a cada dia mais para que a gente possa, ao longo do tempo, recuperar a irresponsabilidade implantada no País a respeito do saneamento básico.

Por isso, eu queria fazer questão de falar aqui, para dizer aos deputados e senadores que – eu diria, entre o bem e o mal, entre os contra e os a favor, no frigar dos ovos – quando bate a responsabilidade, quem ganha é o povo brasileiro e o Brasil.

Muito obrigado a vocês pelo gesto de ter aprovado essa Lei.

Leia o release sobre o assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL050107.DOC>